



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Em, 1º de fevereiro de 2014

Mensagem nº01/2014

Senhor Presidente,

*Recebido  
Em 05/02/2014*  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo

Encaminho à Vossa Excelência, para apreciação e aprovação, o presente Projeto de Lei que autoriza a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande a celebrar instrumento de convênio, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, com a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém, visando à transferência de recursos financeiros para o custeio mensal da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 - Regional Litoral Sul.

Informamos que a Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 - Regional Litoral Sul, foi implantada através da Portaria do Ministério da Saúde Nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, abrangendo os municípios de Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém, Pedro de Toledo e Itariri.

Ademais, o Município de Praia Grande foi habilitado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) conforme a Portaria Ministerial nº 570, de 29 de março de 2012, e, para tanto, recebeu Unidades de Suporte Básico e Avançado e recursos financeiros, cuja regulação dos serviços é subordinada à Central Regional de Itanhaém, a qual centraliza todos os serviços do SAMU Regional, sendo necessário o rateio de despesas oriundas da contratação de profissionais médicos reguladores e demais profissionais que atendem o ramal 192.

Esclarecemos que a participação de Praia Grande no rateio da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 se encontra, dentro do limite orçamentário municipal disponibilizado, pelo Ministério da Saúde, sendo que o repasse de recursos financeiros à Prefeitura de Itanhaém será feita a título de rateio, de forma mensal, como o ora estabelecido no instrumento de convênio a ser celebrado.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a encaminhar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais submeto à v. elevada apreciação e dos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal.

Considerando a relevância da matéria solicito seja a mesma apreciada com a necessária urgência.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de elevada estima e devotado apreço,

Atenciosamente

*F*  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor  
SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal da  
Estância Balneária de Praia Grande - SP

01	.ª Sessão Data 05/02/14
As duas comissões para parecer.	
Presidente	



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**PROJETO**

**DE LEI Nº \_\_\_\_\_ 001 /14**

**DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_**

**“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE  
ITANHAÉM/SP, para a transferência de recursos financeiros  
a fim do custeio da Central de Regulação Médica do Serviço  
SAMU 192 - Regional Litoral Sul”**

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua \_\_\_\_\_ Sessão Ordinária, realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013, aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém, Estado de São Paulo, visando à transferência de recursos financeiros para o custeio mensal da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 - Regional Litoral Sul, utilizando-se de recursos da Secretaria de Saúde Pública de Praia Grande, dentro do Sistema Municipal de Atenção às Urgências.

Parágrafo único: Os termos constantes da minuta de convênio, em anexo, fazem parte integrante da presente Lei.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes com a execução do convênio correrão por conta de verbas vinculadas do Governo Federal.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio São Francisco de Assis, Município da Estância Balneária de Praia Grande, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014, ano quadragésimo oitavo da Emancipação.

**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
**PREFEITO**

Reinaldo Moreira Bruno  
Controlador – Geral do Município

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Esmeraldo Vicente dos Santos  
Secretário de Administração



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**ANEXO**

*MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande e a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém, com vistas à transferência de recursos financeiros para o custeio mensal da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul.*

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e quatorze, na Divisão de Expediente Administrativo da Secretaria de Administração, onde se achava presente o Senhor **FRANCISCO JAIMEZ GAGO**, Titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição legal conferida através do inciso XIX do artigo 36 da Lei nº. 649 de 17 de junho de 2013, neste ato representando a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, localizada à Avenida Presidente Kennedy nº. 9000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.177.531/0001-55, doravante denominada **CONVENIENTE**, e de outro lado comparecendo o Senhor **FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA GARZON**, Titular da Secretaria Municipal de Saúde, por atribuição legal conferida através do inciso ... do artigo ... da Lei nº. .... de .... de ..... de 2014, neste ato representando a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, localizada à ..... nº. ...., em Itanhaém/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., doravante denominada **CONVENIADA**, resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente **Termo de Convênio**, o qual estará sujeito às normas da Constituição Federal, Lei Orgânica dos Municípios de Praia Grande e Itanhaém, Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Municipal ... e de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, tudo conforme o Processo Administrativo nº 8.453/2.013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros a fim do custeio mensal da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, implantado através da Portaria do Ministério da Saúde nº 2872 de 02/12/2011, em regime de cooperação mútua entre os partícipes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO CONVENIENTE**

São atribuições do CONVENIENTE:

- I - Realizar os repasses mensais à CONVENIADA, na forma prescrita neste instrumento, obedecendo as datas e valores de cada pagamento;
- II - Acompanhar o desenvolvimento do objeto do Convênio, através das áreas técnicas da Secretaria de Saúde Pública - SESAP;
- III - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, observando o objeto do presente Convênio;
- IV - Definir, supervisionar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos da Central de regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Urgências, das



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

normas e regulamentos vigentes do Sistema Único de Saúde, protocolos clínicos e demais instrumentos específicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA**

São atribuições do CONVENIADA:

I - Cumprir suas obrigações relativas à execução do objeto deste Convênio;

II - Responsabilizar-se pelo funcionamento regular da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, seja através da contratação de profissionais que integrarão a Central de Regulação Médica, bem como assumir por todos os encargos de natureza fiscal, parafiscal e trabalhista que decorram da execução do presente convênio, conhecidos nesta data ou que venham a ser criados ou alterados, compreendendo-se inexistir quanto a este item, qualquer solidariedade por parte da CONVENIENTE, nas contratações celebradas pela CONVENIADA;

IV - Apresentar, quando solicitado pelo CONVENIENTE, as informações requisitadas sobre o objeto do Convênio;

V - Aplicar os recursos financeiros referentes ao presente Convênio, exclusivamente na Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul;

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E SEU REPASSE**

As despesas decorrentes deste termo correrão por conta de dotações: adequadas mediante crédito especial junto ao orçamento corrente.

Parágrafo Primeiro - A contrapartida do CONVENIENTE, correrá, no presente exercício, por conta de verbas do Fundo Municipal de Saúde, do Piso de Atenção Básica e de verbas específicas do Programa SAMU/192, conforme empenho mensal.

Parágrafo Segundo – Nos exercícios financeiros futuros, as despesas ocorrerão à conta das dotações que forem aprovadas para as mesmas.

Parágrafo Terceiro - Os recursos financeiros transferidos, e o resultado de aplicações financeiras, somente poderão ser utilizados no objeto do presente Convênio, vedado o seu emprego em finalidades diversas das estabelecidas, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura.

Parágrafo Quarto – O valor a ser restituído ao termo do presente Convênio deverá ser acrescido da respectiva correção monetária resultante de aplicação financeira, de acordo com demonstração bancária.

Parágrafo Quinto – Os recursos apropriados nos Fundos Provisionais serão aplicados no mercado financeiro cujo resultado será utilizado no objeto do presente Convênio.

Parágrafo Sexto – Os recursos financeiros serão repassados à CONVENIADA até o dia .... de cada mês correspondente.

**CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA VIA FUNDO A FUNDO**



*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

Os recursos financeiros para atender ao presente Convênio serão transferidos via Fundo Municipal de Saúde de Praia Grande ao Fundo Municipal de Saúde de Itanhaém, de acordo com a Cláusula Quarta do presente Convênio.

**CLÁUSULA SEXTA – DA CORREÇÃO DO REPASSE**

Os repasses para atender ao presente Convênio serão corrigidos quando da autorização oficial do Ministério da Saúde em futuras requalificações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 de Praia Grande, junto às unidades móveis da CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

A CONVENIADA responsabiliza-se de forma exclusiva pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes na execução do objeto do presente Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

O CONVENIENTE poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o desempenho das atividades da CONVENIADA no que tange à execução do presente convênio.

**CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA E DENÚNCIA DO CONVÊNIO**

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Parágrafo Primeiro – Decorrido o prazo fixado no caput desta cláusula sem manifestação prévia das partes o Convênio passará a vigor por tempo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer tempo por vontade de qualquer dos parceiros, observada comunicação prévia, por escrito, de 90 (noventa) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo – Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA**

Na hipótese de comprovado o descumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento, poderá ser o Convênio rescindido por justa causa, passível de questionamento judicial, quando a parte inadimplente sujeitar-se à:

- Se for a CONVENIADA, à restituição dos valores repassados e não aplicados no objeto do Convênio;
- Se for o CONVENIENTE, estará sujeito ao pagamento de todas as despesas pagas pela CONVENIADA e relacionadas com o desenvolvimento do objeto do presente Convênio, conforme cláusulas estabelecidas.

Parágrafo Único – Ocorrendo a rescisão do convênio por inadimplência de qualquer uma das partes, deverá a CONVENIADA promover as ações administrativas pertinentes vinculadas ao objeto do presente Convênio, no máximo em até 60 (sessenta) dias após a efetiva notificação dessa rescisão.





*Município da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A apresentação das despesas, por parte da CONVENIADA será realizada, mensalmente, até o .... (.....) dia do mês corrente.

Parágrafo Primeiro – Eventuais despesas realizadas e não apresentadas no mês corrente, serão apropriadas no mês subsequente.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de haver aplicação de recursos financeiros que ficarem, momentaneamente, sem utilização, a CONVENIADA deverá comprovar o respectivo depósito quando da prestação de contas.

Parágrafo Terceiro – As prestações e contas poderão ser solicitadas pela CONVENIENTE a qualquer momento, para o exame das mesmas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes elegem o foro Central da Comarca de Praia Grande/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Para plena firmeza do pactuado, e como prova de assim haverem entre si, devidamente ajustado e acordado, é lavrado o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes convenientes e juntamente com 02 (duas) testemunhas signatárias, pelo que eu ....., digitei, assino \_\_\_\_\_ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos .... de ..... de 2014, ano quadragésimo ..... da emancipação.

PELA CONVENIENTE:

PELA CONVENIADA:

FRANCISCO JAIMEZ GAGO  
Secretário de Saúde Pública de Praia Grande

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA GARZON  
Secretário Municipal de Saúde de Itanhaém

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

FOLHA DE INFORMAÇÃO

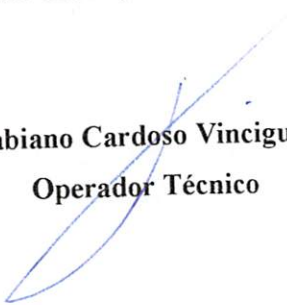
**PROCESSO Nº 009/14**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 06 fls. referente a(o)  
**PROJETO DE LEI Nº 001/14** e uma folha de informação.

Praia Grande, 06 de fevereiro de 2014.

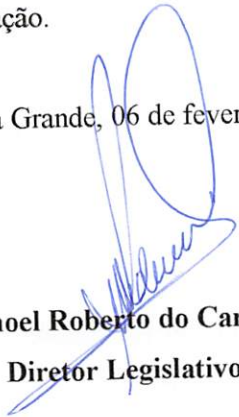
**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**



À Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 06 de fevereiro de 2014.

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**À DIRETORIA JURÍDICA**  
**SENHOR DIRETOR:**

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém/SP, para a transferência de recursos financeiros a fim de custeio da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU-192-Regional Litoral Sul.

Considerando que a matéria em apreço encontra-se no âmbito de competência do Poder Executivo Municipal;

Considerando que o objetivo do convênio é a transferência de recursos à Central de Regulação Médica do Serviço SAMU-192, visando custear as despesas da Central Reguladora de Itanhaém, onde está centralizado os serviços do SAMU de toda a região do litoral sul (Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém, Pedro de Toledo e Itariri);

Considerando que os serviços de Atendimento Móvel de Urgência é gerenciado e mantido pela conveniada, e que o repasse de recursos de que trata este convênio representa tão somente a quota parte de Praia Grande no rateio das despesas totais mensais da Central de Itanhaém;

Considerando também que não há restrições de ordem legal ou regimental que impeçam a apreciação do projeto pela Casa Legislativa, temos que esta Assessoria Jurídica nada tem a opor quanto à apreciação do projeto, cujo mérito deverá ser objeto de deliberação pelo Colendo Plenário.

Praia Grande, 07 de fevereiro de 2014.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Assessor Jurídico

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.  
Praia Grande, 07 de fevereiro de 2014.

  
**JOÃO RICARDO MARTINEZ CERVANTES**  
Diretor Jurídico





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 009/14

PROJETO DE LEI Nº 01/14

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: Vereador EDNALDO DOS SANTOS PASSOS

PARECER CONJUNTO

Senhor Presidente:

Às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e catorze, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se em conjunto os componentes das doulas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém/SP, para a transferência de recursos financeiros a fim de custeio da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU-192-Regional Litoral Sul.

Considerando que a matéria em apreço encontra-se no âmbito de competência do Poder Executivo Municipal;

→ Considerando que o objetivo do convênio é a transferência de recursos à Central de Regulação Médica do Serviço SAMU-192, visando custear as despesas da Central Reguladora de Itanhaém, onde está centralizado os serviços do SAMU de toda a região do litoral sul (Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém, Pedro de Toledo e Itariri);

Considerando que os serviços de Atendimento Móvel de Urgência é gerenciado e mantido pela conveniada, e que o repasse de recursos de que trata este convênio representa tão somente a quota parte de Praia Grande no rateio das despesas totais mensais da Central de Itanhaém;



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 01/2014**

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM/SP, para a transferência de recursos financeiros a fim do custeio da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 - Regional Litoral Sul”

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:**

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém, Estado de São Paulo, visando à transferência de recursos financeiros para o custeio mensal da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 - Regional Litoral Sul, utilizando-se de recursos da Secretaria de Saúde Pública de Praia Grande, dentro do Sistema Municipal de Atenção às Urgências.

Parágrafo único: Os termos constantes da minuta de convênio, em anexo, fazem parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução do convênio correrão por conta de verbas vinculadas do Governo Federal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 12 de Fevereiro de 2.014**

  
**SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**  
Presidente

  
**CARLOS EDUARDO GONÇALVES KARAN**  
1º Secretário

  
**EUVALDO REIS DOS SANTOS MENEZES**  
2º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 12 de Fevereiro de 2.014**

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

**ANEXO**

*MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande e a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém, com vistas à transferência de recursos financeiros para o custeio mensal da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul.*

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e quatorze, na Divisão de Expediente Administrativo da Secretaria de Administração, onde se achava presente o Senhor **FRANCISCO JAIMEZ GAGO**, Titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição legal conferida através do inciso XIX do artigo 36 da Lei nº. 649 de 17 de junho de 2013, neste ato representando a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, localizada à Avenida Presidente Kennedy nº. 9000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.177.531/0001-55, doravante denominada **CONVENENTE**, e de outro lado comparecendo o Senhor **FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA GARZON**, Titular da Secretaria Municipal de Saúde, por atribuição legal conferida através do inciso ... do artigo ... da Lei nº. .... de .... de ..... de 2014, neste ato representando a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, localizada à ..... nº. ...., em Itanhaém/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., doravante denominada **CONVENIADA**, resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente **Termo de Convênio**, o qual estará sujeito às normas da Constituição Federal, Lei Orgânica dos Municípios de Praia Grande e Itanhaém, Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Municipal ... e de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, tudo conforme o Processo Administrativo nº 8.453/2.013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros a fim do custeio mensal da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, implantado através da Portaria do Ministério da Saúde nº 2872 de 02/12/2011, em regime de cooperação mútua entre os partícipes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO CONVENENTE**

São atribuições do CONVENENTE:

- I - Realizar os repasses mensais à CONVENIADA, na forma prescrita neste instrumento, obedecendo as datas e valores de cada pagamento;
- II - Acompanhar o desenvolvimento do objeto do Convênio, através das áreas técnicas da Secretaria de Saúde Pública - SESAP;
- III - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, observando o objeto do presente Convênio;





***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

IV - Definir, supervisionar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos da Central de regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Urgências, das normas e regulamentos vigentes do Sistema Único de Saúde, protocolos clínicos e demais instrumentos específicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA**

São atribuições do CONVENIADA:

I - Cumprir suas obrigações relativas à execução do objeto deste Convênio;

II - Responsabilizar-se pelo funcionamento regular da Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul, seja através da contratação de profissionais que integrarão a Central de Regulação Médica, bem como assumir por todos os encargos de natureza fiscal, parafiscal e trabalhista que decorram da execução do presente convênio, conhecidos nesta data ou que venham a ser criados ou alterados, compreendendo-se inexistir quanto a este item, qualquer solidariedade por parte da CONVENIENTE, nas contratações celebradas pela CONVENIADA;

IV - Apresentar, quando solicitado pelo CONVENIENTE, as informações requisitadas sobre o objeto do Convênio;

V - Aplicar os recursos financeiros referentes ao presente Convênio, exclusivamente na Central de Regulação Médica - SAMU 192 - Regional Litoral Sul;

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E SEU REPASSE**

As despesas decorrentes deste termo correrão por conta de dotações: adequadas mediante crédito especial junto ao orçamento corrente.

Parágrafo Primeiro - A contrapartida do CONVENIENTE, correrá, no presente exercício, por conta de verbas do Fundo Municipal de Saúde, do Piso de Atenção Básica e de verbas específicas do Programa SAMU/192, conforme empenho mensal.

Parágrafo Segundo – Nos exercícios financeiros futuros, as despesas ocorrerão à conta das dotações que forem aprovadas para as mesmas.

Parágrafo Terceiro - Os recursos financeiros transferidos, e o resultado de aplicações financeiras, somente poderão ser utilizados no objeto do presente Convênio, vedado o seu emprego em finalidades diversas das estabelecidas, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

Parágrafo Quarto – O valor a ser restituído ao termo do presente Convênio deverá ser acrescido da respectiva correção monetária resultante de aplicação financeira, de acordo com demonstração bancária.

Parágrafo Quinto – Os recursos apropriados nos Fundos Provisionais serão aplicados no mercado financeiro cujo resultado será utilizado no objeto do presente Convênio.

Parágrafo Sexto – Os recursos financeiros serão repassados à CONVENIADA até o dia .... de cada mês correspondente.

**CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA VIA FUNDO A FUNDO**

Os recursos financeiros para atender ao presente Convênio serão transferidos via Fundo Municipal de Saúde de Praia Grande ao Fundo Municipal de Saúde de Itanhaém, de acordo com a Cláusula Quarta do presente Convênio.

**CLÁUSULA SEXTA – DA CORREÇÃO DO REPASSE**

Os repasses para atender ao presente Convênio serão corrigidos quando da autorização oficial do Ministério da Saúde em futuras requalificações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 de Praia Grande, junto às unidades móveis da CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

A CONVENIADA responsabiliza-se de forma exclusiva pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes na execução do objeto do presente Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

O CONVENIENTE poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o desempenho das atividades da CONVENIADA no que tange à execução do presente convênio.

**CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA E DENÚNCIA DO CONVÊNIO**

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Parágrafo Primeiro – Decorrido o prazo fixado no caput desta cláusula sem manifestação prévia das partes o Convênio passará a vigor por tempo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer tempo por vontade de qualquer dos parceiros, observada comunicação prévia, por escrito, de 90 (noventa) dias de antecedência.





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
Est. de São Paulo

Parágrafo Segundo – Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Na hipótese de comprovado o descumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento, poderá ser o Convênio rescindido por justa causa, passível de questionamento judicial, quando a parte inadimplente sujeitar-se à:

- Se for a CONVENIADA, à restituição dos valores repassados e não aplicados no objeto do Convênio;
- Se for o CONVENENTE, estará sujeito ao pagamento de todas as despesas pagas pela CONVENIADA e relacionadas com o desenvolvimento do objeto do presente Convênio, conforme cláusulas estabelecidas.

Parágrafo Único – Ocorrendo a rescisão do convênio por inadimplência de qualquer uma das partes, deverá a CONVENIADA promover as ações administrativas pertinentes vinculadas ao objeto do presente Convênio, no máximo em até 60 (sessenta) dias após a efetiva notificação dessa rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A apresentação das despesas, por parte da CONVENIADA será realizada, mensalmente, até o .... (.....) dia do mês corrente.

Parágrafo Primeiro – Eventuais despesas realizadas e não apresentadas no mês corrente, serão apropriadas no mês subsequente.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de haver aplicação de recursos financeiros que fiquem, momentaneamente, sem utilização, a CONVENIADA deverá comprovar o respectivo depósito quando da prestação de contas.

Parágrafo Terceiro – As prestações e contas poderão ser solicitadas pela CONVENENTE a qualquer momento, para o exame das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o foro Central da Comarca de Praia Grande/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
Est. de São Paulo

Para plena firmeza do pactuado, e como prova de assim haverem entre si, devidamente ajustado e acordado, é lavrado o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes convenientes e juntamente com 02 (duas) testemunhas signatárias, pelo que eu ....., digitei, assino \_\_\_\_\_ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos .... de ..... de 2014, ano quadragésimo ..... da emancipação.

PELA CONVENIENTE:

PELA CONVENIADA:

FRANCISCO JAIMEZ GAGO

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA GARZON

Secretário de Saúde Pública de Praia Grande

Secretário Municipal de Saúde de Itanhaém

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

**Processo Administrativo nº 8453/2013**



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 13 de Fevereiro de 2.014.

**OFÍCIO GPC-L Nº 033/14**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo de Lei nº 01/14, relativo ao Projeto de Lei nº 01/14, de autoria deste Executivo Municipal, o qual veio a esta Casa capeado pela Mensagem nº 01/14 e que “**autoriza o Poder Executivo a celebrar convenio com a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém/SP, para a transferência de recursos financeiros a fim do custeio da Central de Regulação Médica do Serviço SAMU 192 – Regional Litoral Sul**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Primeira Sessão Extraordinária, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 12 do me em curso.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
**SÉRGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**  
Presidente



Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE**

